

O acordo da Venezuela é um modelo a ser seguido

Ao anunciar em Nova York que o Brasil pretende seguir, em parte, o acordo assinado pela Venezuela, que conseguiu dos bancos comerciais redução da dívida, através de menores taxas de juros nos primeiros três a cinco anos, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, segundo seus assessores, deixou claro que pretende para o Brasil um acordo rápido, mas que essa rapidez não pode vir em detrimento da capacidade de pagamento do País.

Embora não revelasse quanto pretende conseguir de redução da dívida de US\$ 70 bilhões com os bancos comerciais (US\$ 52 bilhões, mais US\$ 8 bilhões de juros atrasados e outros US\$ 10 bilhões de linhas de curto prazo), o ministro adiantou, entretanto, que o País não pretende seguir exclusivamente a cartilha do Plano Brady, como fez o México. Sua idéia é trilhar a estratégia da Venezuela, que incluiu bônus com juros inicialmente baixos e cláusulas de recuperação da diferença a posteriori, baseadas não apenas no ritmo de crescimento do PIB, mas das receitas de exportação.

Segundo o ministro, a idéia é oferecer instrumentos financeiros diversificados aos bancos credores. Lembrou que existiram, até agora, diferentes acordos com o Plano Brady. O México negociou quase toda a sua dívida pelo plano, as Filipinas fizeram 20% pelo Brady e o restante com outros instrumentos, e a Venezuela metade e metade.

Venezuela

O governo da Venezuela assinou, no início de dezembro do ano passado, um acordo com os bancos credores que permitiu



Marcílio quer acordo rápido, mas possível de cumprir.

um corte do serviço de sua dívida externa comercial em cerca de 50%. O país pagava, até então, US\$ 3 bilhões anualmente de juros bancários sobre uma dívida de US\$ 21,1 bilhões. Com o acordo, estabelecido dentro da estratégia do Plano Brady, esses juros foram reduzidos a US\$ 1,4 bilhão. A Venezuela ofereceu aos bancos cinco hipóteses de renegociação para uma dívida que o presidente Carlos Andres Pérez classificava de "impossível de ser paga dentro das fórmulas atuais".

A primeira alternativa possibilitava a recompra da dívida por 45% de seu valor nominal, e o país pretendia, para isso, usar empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outras agências internacionais. Outras opções previstas eram a aplicação de juros menores sobre a dívida e a redução temporária da taxa de juros. A redução do principal da dívida e o compromisso de emprestar dinheiro novo à Venezuela eram as outras alternativas oferecidas. As opções preferidas pelos bancos foram a diminuição da taxa de juros para 6,75% e a concessão de dinheiro novo.